

# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXVIII

FLORIANÓPOLIS, 21 DE MAIO DE 2019

NÚMERO 7.443

## MESA

Julio Garcia  
**PRESIDENTE**

Mauro de Nadal  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Rodrigo Minotto  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Laércio Schuster  
**1º SECRETÁRIO**

Pe. Pedro Baldissera  
**2º SECRETÁRIO**

Altair Silva  
**3º SECRETÁRIO**

Nilso Berlanda  
**4º SECRETÁRIO**

## LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Maurício Eskudlark  
Vice-Líder: Coronel Mocellin

## PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

## MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Luiz Fernando Vampiro

## BLOCO SOCIAL LIBERAL

Líder: Maurício Eskudlark  
Lideranças dos Partidos  
que compõem o Bloco:

**PR**                      **PSL**

Maurício Eskudlark    Ricardo Alba

## BLOCO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Milton Hobus  
Lideranças dos Partidos  
que compõem o Bloco:

**PSD**                      **PDT**

Kennedy Nunes            Paulinha

**PSDB**                      **PSC**

Vicente Caropreso            Jair Miotto

## PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Fabiano da Luz

## BLOCO PARLAMENTAR

Líder: Nazareno Martins  
Vice-Líder: José Milton Scheffer  
Lideranças dos Partidos  
que compõem o Bloco:

**PP**                              **PSB**

João Amin                      Nazareno Martins

**PRB**                              **PV**

Sergio Motta                      Ivan Naatz

## COMISSÕES PERMANENTES

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente  
Milton Hobus - Vice-Presidente  
Paulinha  
Fabiano da Luz  
Luiz Fernando Vampiro  
Ivan Naatz  
João Amin  
Coronel Mocellin

### COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Maurício Eskudlark - Presidente  
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente  
Kennedy Nunes  
Ismael dos Santos  
Luciane Carminatti  
Jerry Comper  
Ivan Naatz  
Nazareno Martins  
Ricardo Alba

### COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente  
Marcos Vieira - Vice-Presidente  
Marlene Fengler  
Luciane Carminatti  
Jerry Comper  
Romildo Titon  
Ricardo Alba

### COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Felipe Estevão - Presidente  
Paulinha - Vice-Presidente  
Dr. Vicente Caropreso  
Neodi Saretta  
Volnei Weber  
Luiz Fernando Vampiro  
Nazareno Martins

### COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Paulinha - Presidente  
Marcos Vieira - Vice-Presidente  
Fabiano da Luz  
Moacir Sopelsa  
Volnei Weber  
João Amin  
Nazareno Martins  
Sargento Lima  
Marcius Machado

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Dr. Vicente Caropreso - Presidente  
José Milton Scheffer - Vice-Presidente  
Marlene Fengler  
Luciane Carminatti  
Valdir Cobalchini  
Fernando Krelling  
Jessé Lopes

### COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Fernando Krelling - Presidente  
Neodi Saretta - Vice-Presidente  
Kennedy Nunes  
Jair Miotto  
Ada De Luca  
Ivan Naatz  
Felipe Estevão

### COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente  
Luciane Carminatti - Vice-Presidente  
Milton Hobus  
Fernando Krelling  
Jerry Comper  
Bruno Souza  
José Milton Scheffer  
Sargento Lima  
Marcius Machado

### COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

José Milton Scheffer - Presidente  
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente  
Marlene Fengler  
Marcos Vieira  
Neodi Saretta  
Volnei Weber  
Coronel Mocellin

### COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Jair Miotto - Presidente  
Luiz Fernando Vampiro - Vice-Presidente  
Marcos Vieira  
Luciane Carminatti  
Ada De Luca  
Bruno Souza  
Felipe Estevão

### COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Ivan Naatz - Presidente  
Fabiano da Luz - Vice-Presidente  
Dr. Vicente Caropreso  
Jair Miotto

Luiz Fernando Vampiro

Romildo Titon

Marcius Machado

### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Ada De Luca - Presidente  
Fabiano da Luz - Vice-Presidente  
Marlene Fengler  
Milton Hobus  
Moacir Sopelsa  
Bruno Souza  
Jessé Lopes

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO IDOSO

Ricardo Alba - Presidente  
Fabiano da Luz - Vice-Presidente  
Marlene Fengler  
Dr. Vicente Caropreso  
Luiz Fernando Vampiro  
Romildo Titon  
Sergio Motta

### COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Milton Hobus - Presidente  
Coronel Mocellin - Vice-Presidente  
Kennedy Nunes  
Fabiano da Luz  
Jerry Comper  
Volnei Weber  
Nazareno Martins

### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente  
Paulinha - Vice-Presidente  
Milton Hobus  
Fabiano da Luz  
Valdir Cobalchini  
Ada De Luca  
Bruno Souza

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luciane Carminatti - Presidente  
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente  
Ismael dos Santos  
Paulinha  
Fernando Krelling  
Nazareno Martins  
Ana Campagnolo

### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Marcus Machado - Presidente  
Kennedy Nunes - Vice-Presidente  
Jair Miotto  
Neodi Saretta  
Moacir Sopelsa  
Romildo Titon  
Bruno Souza

### COMISSÃO DE SAÚDE

Neodi Saretta - Presidente  
Dr. Vicente Caropreso - Vice-Presidente  
Ismael dos Santos  
Valdir Cobalchini  
Ada De Luca  
José Milton Scheffer  
Jessé Lopes

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Sergio Motta - Presidente  
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente  
Ismael dos Santos  
Jair Miotto  
Paulinha  
Romildo Titon  
Ana Campagnolo

### COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente  
Fernando Krelling - Vice-Presidente  
Jair Miotto  
Luciane Carminatti  
Ada De Luca  
Sergio Motta  
Sargento Lima

### COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

Jerry Comper - Presidente  
Paulinha - Vice-Presidente  
Kennedy Nunes  
Neodi Saretta  
Moacir Sopelsa  
João Amin  
Ana Campagnolo

<p><b>DIRETORIA LEGISLATIVA</b></p> <p><b>Coordenadoria de Publicação:</b> Responsável pela revisão dos documentos, bem como editoração, diagramação e distribuição.</p> <p><b>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:</b> Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.</p> <p><b>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</b></p> <p><b>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:</b> Responsável pela impressão.</p>	<p><b>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</b></p> <hr/> <p><b>EXPEDIENTE</b></p> <hr/>  <p><b>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina</b> <b>Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves</b> <b>Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC</b> <b>CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500</b> <b>Internet: <a href="http://www.alesc.sc.gov.br">www.alesc.sc.gov.br</a></b></p> <p><b>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXVIII</b> <b>NESTA EDIÇÃO: 8 PÁGINAS</b></p>	<p><b>ÍNDICE</b></p> <p><b>Plenário</b> Ata da 041ª Sessão Ordinária realizada em 16/05/2019..... 2</p> <p><b>Atos da Mesa</b> Atas da Mesa Consleg ..... 3</p> <p><b>Publicações Diversas</b> Atas de Comissões Permanentes..... 3 Aviso de Licitação ..... 8 Projetos de Lei ..... 8</p>
--	--	--

## P L E N Á R I O

# ATA DA 041ª SESSÃO ORDINÁRIA

## DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2019

### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Campagnolo - Bruno Souza - Coronel Mocellin - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Felipe Estevão - Fernando Krelling - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jerry Comper - Jessé Lopes - João Amin - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Laércio Schuster - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcius Machado - Marcos Vieira - Marlene Fengler - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Moacir Sopelsa - Nazareno Martins - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Ricardo Alba - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Sargento Lima - Sergio Motta - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputado: Julio Garcia  
Mauro de Nadal

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores deputados.

\*\*\*\*\*  
**Partidos Políticos**

Partido: PSL

DEPUTADO RICARDO ALBA (Orador) - Registra os cumprimentos à Escola de Educação Básica Pedro II, de Blumenau, fundada em 1839, que foi homenageada ontem, na Assembleia Legislativa, pela comemoração dos seus 130 anos.

Ressalta que seu pai foi diretor da escola, e que lá estudou do pré ao terceiro ano, juntamente com seus irmãos.

Presta homenagem ao conhecido Conjunto Educacional Pedro II, a todos os alunos que por lá passaram, a todos os professores que construíram aquela história, coordenadores, diretores, a todos que fizeram e fazem do colégio o segundo maior educandário de Santa Catarina, com aproximadamente três mil alunos na década de 90. Acrescenta que o secretário da Educação, Natalino Uggioni, afirma que haverá reforma, ainda neste ano, naquele educandário.

Relata que ontem esteve em reunião com o secretário da Infraestrutura, Carlos Hassler, cobrando algumas medidas para as rodovias estaduais catarinenses, dentre elas, o prolongamento da Via Expressa, a SC-108, de Blumenau, e também a SC-110, que é a ligação entre Pomerode e Jaraguá do Sul.

Deputado Ismael dos Santos (Aparteante) - Menciona que costuma dizer que a escola é a biografia de uma cidade, e o Pedro II orgulha todos os blumenauenses e também os catarinenses, pois são 130 anos de existência. Demonstra satisfação com a comunicação de que o secretário de estado irá revitalizar aquela escola que, infelizmente, está numa situação de degradação. [Taquígrafa: Eliana]

\*\*\*\*\*  
**Ordem do Dia**

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Dá início à pauta da Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0524/2019, 0525/2019 e 0526/20419, de autoria do deputado Felipe Estevão; 0527/2019 e 0528/2019, de autoria do deputado Silvio Dreveck; e 0529/2019, de autoria do deputado Neodi Saretta.

Esta Presidência comunica ainda que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0669/2019, de autoria do deputado Laércio Schuster; 0670/2019, 0671/2019 e 0672/2019, de autoria do deputado Nazareno Martins.

Finda a pauta da Ordem do Dia.  
[Taquígrafa: Eliana]

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - A Presidência suspende a sessão, por até dez minutos, para que possa usar a tribuna o sr. Francisco Geremias, representante do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Presidente Getúlio e região, para informar sobre a questão de ampliação das terras dos agricultores na reserva indígena, na localidade da Serra da Abelha, no município de Vitor Meireles.

\*\*\*\*\*  
**Explicação Pessoal**

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Reabre a sessão e passa à Explicação Pessoal. Não havendo oradores inscritos, encerra a sessão, convocando outra, ordinária, para a semana subsequente, à hora regimental. [Taquígrafa Eliana] [Revisão: Taquígrafa Sara].

## ATOS DA MESA

### ATOS DA MESA CONSLEG

#### ATO DA MESA - CONSLEG Nº 007, de 21 de maio de 2019

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da sua competência, prevista no parágrafo único do art. 63 do Regimento Interno da ALESC, e com fundamento no art. 3º da Lei nº 16.733, de 15 de outubro de 2015, com redação dada pela Lei nº 17.690, de 11 de janeiro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto Luz da Vida, com sede no Município de Florianópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º deste Ato da Mesa ficam assegurados todos os direitos prescritos na legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação deste Ato, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

IV - balancete contábil; e

V - declaração do presidente da entidade atestando o recebimento ou não de verba pública, no exercício referente à prestação de contas, e, em caso afirmativo, especificando o valor, a origem e a destinação.

Art. 4º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Barriga-Verde, 21/05/2019.

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Laércio Schuster - Secretário

Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

\* \* \*

#### ATO DA MESA - CONSLEG Nº 008, de 21 de maio de 2019

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da sua competência, prevista no parágrafo único do art. 63 do Regimento Interno da ALESC, e com fundamento no art. 3º da Lei nº 16.733, de 15 de outubro de 2015, com redação dada pela Lei nº 17.690, de 11 de janeiro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Âncora - Comunidade Terapêutica, com sede no Município de Santa Rosa do Sul.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º deste Ato da Mesa ficam assegurados todos os direitos prescritos na legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação deste Ato, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

IV - balancete contábil; e

V - declaração do presidente da entidade atestando o recebimento ou não de verba pública, no exercício referente à prestação de contas, e, em caso afirmativo, especificando o valor, a origem e a destinação.

Art. 4º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Barriga-Verde, 21/05/2019.

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Laércio Schuster - Secretário

Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

\* \* \*

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

#### ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

Aos sete dias do mês de maio de dois mil e dezenove, às dez horas, em cumprimento aos artigos 133 e 135 do Regimento Interno, reuniram-se na sala de Reunião das Comissões, da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina sob a Presidência do Senhor Deputado Romildo Titon, os Deputados Membros da Comissão de Constituição e Justiça: Deputada Paulinha; Deputado Luiz Fernando Vampiro; Deputado Ivan Naatz; Deputado Milton Hobus; Deputado Coronel Mocellin; Deputado Maurício Eskudlark; Deputado João Amin e Deputado Fabiano da Luz. Havendo quorum regimental, o Presidente abriu os trabalhos e submeteu à apreciação a Ata da 7ª Reunião Ordinária, a qual foi aprovada por unanimidade. Em seguida, o Presidente colocou em votação os seguintes requerimentos: Requerimento de Desarquivamento do Projeto de Lei nº 0380.4/2017, que "Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras) no âmbito do Estado de Santa Catarina", efetuado pelo Deputado Julio Garcia e outros que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade; Requerimento de Desarquivamento do Projeto de Lei Complementar nº 0030.2/2017, que "Cria 65 (sessenta e cinco) cargos de provimento efetivo de Defensor Público no âmbito da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina" efetuado pela Defensoria Público-Geral do Estado de Santa Catarina que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade; Requerimento de Desarquivamento do Projeto de Lei nº 0253.9/2018, que "Institui o Código de Vigilância Sanitária do Estado e estabelece outras providências", efetuado pelo Deputado Dr. Vicente Caropreso que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade; Requerimento de Desarquivamento do Projeto de Lei nº 0240.4/2018, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de implantação pelas empresas operadoras de cartões de crédito e débito (adquirentes) de máquinas adaptadas para pessoas com deficiência

visual", efetuado pelo Deputado Ricardo Alba que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Na sequência em atenção à ordem do dia, o Presidente comunicou as matérias distribuídas aos relatores e, com anuência dos demais membros, o Presidente apresentou as seguintes matérias: PL./0099.6/2019, de autoria do Deputado Altair Silva que denomina Milton Sander a Rodovia SC-160, no trecho compreendido entre os Municípios de Saudades e São Carlos.". Exarou parecer favorável que, posto em discussão e votação foi concedida vista em gabinete ao Deputado Fabiano da Luz; OF/0050.7/2019, de autoria de Entidade Social, que "Solicita a alteração da Lei que declara de utilidade pública a Associação Comunitária Beneficente Torre Forte, de Comburuiú". Requereu diligência àquela entidade que, posta discussão e votação foi aprovada por unanimidade. Em seguida, obedecendo à ordem de chegada, passou a palavra aos membros para discussão de matérias. A Senhora Deputada Paulinha apresentou as seguintes matérias: PL./0038.4/2019, de autoria da Deputada Marlene Fengler, que "Institui a Semana de Orientação, Prevenção e Combate à Dependência Tecnológica, no âmbito do Estado de Santa Catarina". Exarou parecer favorável que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade; PL./0042.0/2019, de autoria da Deputada Ada De Luca, que "Estabelece a promoção de ações que visem à valorização de mulheres e meninas e a prevenção e combate à violência contra as mulheres". Exarou parecer favorável que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade; PL./0061.3/2019, de autoria do Deputado Sergio Motta, que "Institui a Semana de Prevenção, Conscientização e Combate à Automutilação.". Exarou parecer favorável que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade; PL./0067.9/2019, de autoria do Deputado Fernando Krelling, que "Institui a obrigatoriedade de abertura de conta bancária própria para campanhas solidárias de arrecadação de fundos em espécie que visem tratamentos de saúde a menores, idosos, incapazes e pessoas hipossuficientes no Estado de Santa Catarina.". Exarou parecer favorável que, posto em discussão e votação foi concedida vista em gabinete ao Deputado Luiz Fernando Vampiro; PL./0174.0/2018, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso, que "Altera a Lei nº 17.192, de 2017, que 'Estabelece a obrigatoriedade de colocação em obra pública estadual

paralisada de placa contendo exposição dos motivos da interrupção', para adicionar novos itens à placa, bem como estabelecer sanção no caso de descumprimento da norma.". Exarou parecer favorável que, posto em discussão e votação foi concedida vista em gabinete ao Deputado João Amin; PRS/0006.7/2019, de autoria do Deputado Marcius Machado, "Proposta de Emenda à Constituição Federal, a ser apresentada à Câmara dos Deputados, determinando a simultaneidade das eleições, fixando a duração de cinco anos para os cargos eletivos nos Poderes Executivo e Legislativo, para todos os entes federados." Exarou parecer favorável que, posto em discussão e votação foi concedida vista em gabinete ao Deputado Ivan Naatz. Em seguida o Deputado Luiz Fernando Vampiro apresentou as matérias: PL./0063.5/2015, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, que "Dispõe sobre o registro das declarações de bem e o controle da variação patrimonial e de sinais de enriquecimento ilícito por agente público no exercício de cargo ou emprego público estadual.". Requereu diligência ao Tribunal de Contas do Estado que, posto em discussão e votação foi aprovada por unanimidade; requereu tramitação conjunta das matérias PL./0304.3/2018, de autoria do Deputado Milton Hobus, que "Isenta os veículos automotores de duas rodas do pagamento da tarifa de pedágio nas rodovias estaduais de Santa Catarina" e PL./0008.9/2019, de autoria do Deputado Ivan Naatz, que "Obriga as Concessionárias de Rodovias do Estado de Santa Catarina a disponibilizarem cancelas ou passagens exclusivas para uso de motociclistas, especialmente no período de verão, dias de chuvas intensas ou de instabilidades climáticas" que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Na sequência do Deputado Ivan Naatz apresentou as seguintes matérias: PL./0049.7/2019, de autoria do Deputado Sergio Motta, que "Dispõe sobre a vedação à discriminação contra crianças e adolescentes com deficiência ou acometidos por doença crônica nos estabelecimentos de ensino, creches ou similares, em instituições públicas ou privadas". Exarou parecer favorável que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade; PL./0060.2/2019, de autoria do Deputado Sergio Motta, que "Institui a Semana Desportiva dedicada ao Idoso". Exarou parecer favorável que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade; PL./0068.0/2019, de autoria do Deputado Nilso Berlanda, que Altera a Lei nº 14.361, de 2008, que "Estabelece a política de apoio ao Turismo Rural na Agricultura Familiar de Santa Catarina". Requereu diligência à Secretaria de Estado da Casa Civil e à Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca que, posto em discussão e votação foi aprovada por unanimidade; PL./0108.1/2019, de autoria do Deputado Jerry Comper que "Dispõe sobre o atendimento prioritário à pessoa com fibromialgia nos estabelecimentos públicos e privados no Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências". Requereu diligência à Secretaria de Estado da Casa Civil e à Secretaria de Estado da Saúde que, posto em discussão e votação foi aprovada por unanimidade; PL./0053.3/2019, de autoria do Deputado Laércio Schuster, que Revoga a Lei nº 15.596, de 2011, que "dispõe sobre a alienação de participação acionária minoritária na Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN), e estabelece outras providências". Exarou parecer favorável que, posto em discussão e votação foi concedida vista em gabinete aos Deputados Maurício Eskudlark e João Amin. Em seguida o Deputado Milton Hobus apresentou as seguintes matérias: PL./0073.7/2019, de autoria do Deputado Sargento Lima, que "Dispõe sobre a proibição de participar de licitações e celebrar contratos administrativos de obras, serviços, compras, alienações e locações com o Poder Público Estadual e com as Entidades da Administração Pública Estadual Indireta as sociedades empresárias e as sociedades simples, personificadas ou não, bem como quaisquer fundações, associações de entidades ou pessoas, ou sociedades estrangeiras, que tenham sede, filial ou representação no território brasileiro, condenados em processos criminais transitados em julgado por corrupção ativa, tráfico de influência, impedimento, perturbação ou fraude de concorrência, formação de quadrilha, ou quaisquer outros crimes tipificados como ilícito de malversação de recursos públicos.". Requereu diligência à Procuradoria Geral do Estado que, posto em discussão e votação foi aprovada por unanimidade; PL./0078.1/2019, de autoria do Deputado Kennedy Nunes, que "Institui a logística reversa de medicamentos descartados pelo consumidor.". Requereu diligência à Secretaria de Estado da Saúde que, posta em discussão e votação foi aprovada por unanimidade; PL./0286.7/2018, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso, que "Dispõe sobre obrigatoriedade de inclusão da biomassa de banana verde e pescado fresco no preparo da merenda escolar da rede pública estadual de ensino.". Requereu diligência à Secretaria de Estado da Educação que, posta em discussão e votação foi aprovada por unanimidade; PL./0069.0/2019, de autoria do Deputado Kennedy Nunes, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade das agremiações futebolísticas, de manter os ingressos no mesmo valor para todos as torcidas, apresentando diferenciações que se justifique no tocante a qualidade do assento e local privilegiado." Exarou parecer favorável com emenda substitutiva global que, posto em discussão e votação foi concedida vista em gabinete à Deputada Paulinha e aos

Deputados João Amin e Maurício Eskudlark. Ato contínuo o Deputado Coronel Mocellin apresentou as seguintes matérias: MSV/0029/2019, de autoria do Governo do Estado, que dispõe sobre o Veto Total ao PL./0213/18, de autoria do Deputado Valmir Comin, que Dispõe sobre a estadualização da rodovia municipal PGR-443, no Município de Pedras Grandes, e adota outras providências. Devolveu vista sem manifestação e posto em discussão e votação foi aprovado por maioria o parecer do relator Deputado Luiz Fernando Vampiro pela admissibilidade da mensagem rejeição do veto, com voto contrário dos Deputados Coronel Mocellin e Maurício Eskudlark; MSV/1419/2018 de autoria do Governo do Estado, que dispõe sobre o Veto Parcial ao PLC/028/18, de autoria do Governo do Estado, que Dispõe sobre a transformação de cargos de Técnico em Atividades de Fiscalização em cargos de Técnico em Atividades de Fiscalização em Transportes do Quadro Lotacional do Departamento de Transportes e Terminais (DTER) e estabelece outras providências. Devolveu vista sem manifestação e posto em discussão e votação o parecer do relator Deputado João Amin pela admissibilidade da mensagem rejeição do veto, este foi aprovado por maioria, com voto contrário dos Deputados Coronel Mocellin e Maurício Eskudlark; PL./0104.8/2019, de autoria do Deputado Marcius Machado, que "Altera a Lei nº 12.854, de 2003, que instituiu o Código Estadual de Proteção aos Animais, visando proibir o enterro ou incineração de animais de produção vivos sem indicação de patologia emitida por autoridade competente e estabelece outras providências.". Requereu diligência à Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca que, posta em discussão e votação foi aprovada por unanimidade; PL./0105.9/2019, de autoria do Deputado Marcius Machado, que "Altera a Lei nº 10.366, de 1997, que instituiu a Lei sobre a fixação de política de defesa sanitária do animal, visando proibir o enterro ou incineração de animais de produção vivos sem indicação de patologia emitida por autoridade competente e estabelece outras providências.". Requereu diligência à Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca que, posta em discussão e votação foi aprovada por unanimidade. Na sequência o Deputado Maurício Eskudlark apresentou as seguintes matérias: PL./0075.9/2019, de autoria da Deputada Ana Campagnolo, que Altera a Lei nº 6.844, de 1986, que "Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público Estadual do Estado de Santa Catarina". Requereu diligência a Secretaria de Estado de Educação que, posta em discussão e votação foi aprovada por unanimidade; PL./0059.9/2019, de autoria do Deputado Coronel Mocellin, que "Denomina Celio Alves Marinho o viaduto localizado na Rodovia Antônio Heil, Km 1,8 da Rodovia SC-486, no cruzamento da Rua Benjamin Dagnoni com a Rua Pedro Wanzuita, no Bairro Itaipava, no Município de Itajaí". Exarou parecer favorável que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade; PL./0064.6/2019, de autoria do Deputado Nilso Berlanda, que "Dispõe sobre o fornecimento de pulseiras de identificação para doentes crônicos, autistas, idosos, bem como para qualquer pessoa em situação de vulnerabilidade física ou mental". Requereu diligência à Secretaria de Estado da Casa Civil, à Secretaria de Estado da Saúde e à Fundação Catarinense de Educação Especial que, posto em discussão e votação foi aprovada por unanimidade; PL./0058.8/2019, de autoria do Deputado Coronel Mocellin, que "Altera a Lei nº 16.733, de 2015, que "Consolida as Leis que dispõem sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina", no que tange à prestação de contas das entidades declaradas de utilidade pública". Requereu diligência à Consultoria Legislativa e à Mesa que, posto em discussão e votação foi aprovada por unanimidade; PLC/0011.0/2019, de autoria do Deputado Marcius Machado, que "Altera a Lei Complementar nº 587, de 2013, que dispõe sobre o ingresso nas carreiras das instituições militares de Santa Catarina e estabelece outras providências". Exarou parecer favorável que, posto em discussão e votação foi concedida vista em gabinete ao Deputado Ivan Naatz. Em seguida o Deputado João Amin apresentou as seguintes matérias: OF/0172.5/2018, de autoria de Entidade Social, que "solicita a alteração da Lei que declarou de utilidade pública a Sociedade Eunice Weaver, de Florianópolis". Exarou parecer favorável que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade; requereu tramitação conjunta das matérias PL./0036.2/2019, de autoria do Deputado Maurício Eskudlark, que "Veda a nomeação de pessoas que tenham sido condenadas pela Lei Federal nº 11.340, de 2006, para cargos em comissão no âmbito da Administração Pública do Estado e Municípios de Santa Catarina" e PL./0057.7/2018, de autoria do Deputado Kennedy Nunes, que estabelece impedimento de acesso ao serviço público, bem como prestar serviços ou participar de licitações, à pessoa que tenha praticado crime nos termos da Lei federal nº 11.340, de 2006 que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade; PL./0057.7/2019, de autoria do Deputado Marcius Machado, que "Dispõe sobre a vedação de qualquer tipo de embarço, exigência, proibição, cobrança aos motoristas profissionais das categorias de transporte rodoviário de passageiros e transporte rodoviário de cargas e seus empregadores de usarem os pátios dos postos de combustíveis para cumprimento da lei do descanso, dentro



do Estado de Santa Catarina, conforme determina a Lei federal nº 13.103, de 2015 e estabelece outras providências”. Requereu diligência ao Departamento de Transportes e Terminais e à Procuradoria Geral do Estado que, posta em discussão e votação foi aprovada por unanimidade; PL./0072.6/2019, de autoria do Deputado José Milton Scheffer, que altera a Lei nº 10.567, de 1997, que “Dispõe sobre a isenção do pagamento de taxas de inscrição em concursos públicos aos doadores de sangue e de medula e adota outras providências”, para limitar a isenção ao âmbito estadual, bem como diferenciar as duas modalidades de doação quanto ao modo de comprovação. Requereu diligência à Secretaria de Estado da Administração e à Procuradoria Geral do Estado que, posta em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Na sequência o Deputado João Amin apresentou, extra pauta, o voto vista pela tramitação conjunta das matérias PL./0037.3/2019, de autoria da Deputada Paulinha, que dispõe sobre o dever de as empresas prestadoras de serviço informarem aos consumidores, previamente, dados que identifiquem o responsável pela execução dos serviços em suas residências ou sedes, no Estado de Santa Catarina e PL./0154.7/2018, de autoria do Deputado Luiz Fernando Vampiro, que dispõe sobre o dever de os estabelecimentos farmacêuticos e alimentares que forneçam serviço de tele-entrega de produtos aos clientes apresentarem os dados do entregador, na forma que menciona que. Posto em discussão e votação o voto, este foi aprovado por unanimidade, com abdicção do parecer do Deputado Milton Hobus proferido no PL./0037.3/2019. Ato contínuo o Presidente fez a leitura de votos já proferidos em matérias desarquivadas nos termos do parágrafo único do artigo 183 do Regimento Interno: PL./0072.6/2018, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, que “Altera a Lei nº 16.861, que “Disciplina a admissão de pessoal por prazo determinado no âmbito do Magistério Público Estadual, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, sob regime administrativo especial, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição da República”. Posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade o parecer do relator Rodrigo Minotto pela aprovação da matéria; PL./0305.4/2018, de autoria do Deputado Milton Hobus, que “Altera o art. 98 da Lei nº 10.297, de 1996, que “Dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e adota outras providências”, para determinar que conste justificativa fundamentada nos atos que regulamentam o imposto, conforme especifica”. Posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade o parecer do relator Jean Kuhlmann pela aprovação da matéria; PL./0362.2/2016, de autoria do Deputado Luiz Fernando Vampiro, que “Determina a obrigatoriedade de comercialização ou disponibilização de bebidas dietéticas em eventos esportivos e “shows” culturais ou esportivos voltados ao público em geral e nos locais dos eventos”. Posto em discussão e votação foi concedida vista em gabinete à Deputada Paulinha; PL./0059.9/2017, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, que “Institui a Política Intersetorial de Plantas Medicinais e de Medicamentos Fitoterápicos no Estado de Santa Catarina, e adota outras providências”. Posto em discussão e votação foi concedida vista em gabinete à Deputada Paulinha e ao Deputado Fabiano da Luz; PL./0546.8/2015, de autoria do Deputado Rodrigo Minotto, que “Institui o Programa Água Boa nos estabelecimentos comerciais, industriais, nas escolas públicas e logradouros públicos”. Posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade o parecer do relator Marcos Vieira. Na sequência o Deputado Fabiano da Luz apresentou extrapauta a matéria PL./0048.6/2019, de autoria do Deputado Laércio Schuster, que reconhece o Município de Timbó como a Capital Catarinense do Ciclismo. Devolveu vista sem manifestação e posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade o parecer do relator Deputado Ivan Naatz pela aprovação da matéria. Em seguida o Deputado Ivan Naatz solicitou ao Presidente da Comissão a verificação do prazo de diligência efetuado ao Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina, referente ao PL./0021.6/2019, de autoria do Deputado Ivan Naatz, que cria o Parque Estadual da Praia de Taquarinhas, no Município de Balneário Camboriú e adota outras providências e o Presidente declarou que faria consulta à assessoria para saber sobre o cumprimento da diligência, ao que foi informado que o projeto já se encontra no gabinete do relator com diligência cumprida. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente convocou a próxima reunião para o dia e horário de costume, agradeceu a presença dos Senhores Deputados e dos demais presentes e encerrou a presente reunião, da qual eu, Lyvia Mendes Corrêa, Chefe de Secretaria desta Comissão, lavrei esta Ata que, após lida e aprovada por todos os membros do colegiado, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia.

Sala de Reunião das Comissões, 07 de maio de 2019.

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\*

#### ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

Aos catorze dias do mês de maio de dois mil e dezenove, às dez horas, em cumprimento aos artigos 133 e 135 do Regimento Interno, reuniram-se na sala de Reunião das Comissões, da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina sob a Presidência do Senhor Deputado Romildo Titon, os Deputados Membros da Comissão de Constituição e Justiça: Deputado Ivan Naatz; Deputado Fabiano da Luz; Deputado Coronel Mocellin; Deputado Maurício Eskudlark; Deputado João Amin; Deputado Luiz Fernando Vampiro e Deputado Milton Hobus, justificada a ausência da Deputada Paulinha através de Ofício Interno nº 175/2019. Havendo quorum regimental, o Presidente abriu os trabalhos e submeteu à apreciação a Ata da 8ª Reunião Ordinária, a qual foi aprovada por unanimidade. Na sequência em atenção à ordem do dia, o Presidente abriu a palavra aos membros, obedecendo à ordem de chegada, para discussão de matérias. O Deputado Ivan Naatz apresentou as seguintes matérias: PL./0080.6/2019 de autoria do Deputado Luiz Fernando Vampiro que, “Institui o Selo Empresa Amigo do Idoso.” Requereu diligência à Mesa que, posta em discussão e votação foi aprovada por unanimidade; PL./0097.4/2019, de autoria do Deputado Mauro de Nadal que, “Denomina rodovia SC-496 de Rodovia Aurélio Francisco Marconatto”. Exarou parecer favorável com emenda substitutiva global que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Na sequência o Deputado Fabiano da Luz apresentou as matérias: MSV/01380/2018, de autoria do Governador do Estado, que diz “Veto total ao PL/422/2017, de autoria do Deputado Cesar Valduga, que institui o Estatuto do Portador de Câncer no Estado de Santa Catarina.”. Devolveu voto vista pela admissibilidade da mensagem e rejeição do veto. Posta em discussão e votação a matéria, foi mantida a vista em gabinete ao Deputado Luiz Fernando Vampiro a pedido deste; MSV/01422/2018, de autoria do Governador do Estado, que diz “Veto Total ao PL/269/18, de autoria do Deputado José Milton Scheffer, que Altera a Lei nº 10.297, de 1996, que “Dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e adota outras providências”, a fim de incluir a farinha de arroz na relação de mercadorias que compõem a cesta básica do Estado de Santa Catarina”. Devolveu vista sem manifestação que, posta em discussão e votação o parecer do relator Deputado João Amin pela rejeição do veto, foi concedida vista em gabinete ao Deputado Maurício Eskudlark. O Deputado Coronel Mocellin apresentou as seguintes matérias: PL./0071.5/2019, de autoria do Deputado Kennedy Nunes, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade em condomínio em relação à formação de uma brigada de incêndio formada por condôminos, bem como na obrigatoriedade de um dia de instrução para a equipe brigadista sobre incêndio devendo tal data constar no calendário de programação do prédio”. Requereu diligência ao Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis e dos Condomínios Residenciais e Comerciais de Santa Catarina e à Secretaria de Estado da Segurança Pública que, posta em discussão e votação foi aprovada por unanimidade; PL./0076.0/2019, de autoria da Deputada Ana Campagnolo, que “Altera a Lei nº 16.861, de 2015, que “Disciplina a admissão de pessoal por prazo determinado no âmbito do Magistério Público Estadual, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, sob regime administrativo especial, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição da República”. Requereu diligência à Secretaria de Estado da Educação que, posta em discussão e votação foi aprovada por unanimidade; PEC/0003.1/2019, de autoria do Deputado Bruno Souza e outros, que “Acresce o § 3º ao art. 23 da Constituição do Estado de Santa Catarina”. Exarou parecer favorável que, posto em discussão e votação foi concedida vista em gabinete ao Deputado Fabiano da Luz; PL./0039.5/2019, de autoria do Deputado Sargento Lima, que “Acrescenta parágrafo ao art. 7º da Lei Complementar nº 587, de 2013, que “Dispõe sobre o ingresso nas carreiras das instituições militares de Santa Catarina e estabelece outras providências”, de forma a estabelecer percentual mínimo de 10% na distribuição de vagas em concursos públicos de ingresso nas instituições militares do Estado para o quadro da Polícia Rodoviária Estadual.”. Exarou parecer contrário que, posto em discussão e votação foi concedida vista em gabinete ao Deputado Ivan Naatz. Na sequência o Deputado Maurício Eskudlark apresentou as seguintes matérias: PL./0095.2/2019, de autoria do Deputado Mauro de Nadal, que “Denomina o acesso da Cidade de Princesa até o trevo da BR-163 - São Jose do Cedro de Arthur Felipe Theisen”. Exarou parecer favorável que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade; PL./0003.4/2019, de autoria do Deputado Neodi Saretta, que “Reconhece o Município de Piratuba como a “Capital Turística do Alto Uruguai Catarinense”. Exarou parecer favorável que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade; PL./0098.5/2019, de autoria do Deputado Nilso Berlanda, que “Altera a Lei nº 7.721, de 1989, que “Dispõe sobre a distribuição do ICMS aos Municípios”, para prever que o valor adicionado decorrente do processo de

industrialização executado nas unidades do sistema prisional, com emprego da mão de obra dos presos, será computado no IPM". Requereu diligência à Secretaria de Estado da Fazenda que, posta em discussão e votação foi aprovada por unanimidade; PL./090.8/2019, de autoria do Deputado Ismael dos Santos, que "Dispõe sobre obrigatoriedade de a empresa contratada pela administração pública estadual apresentar relação contendo o nome de todos os sócios". Requereu diligência à Secretaria de Estado da Casa Civil e à Junta Comercial do Estado de Santa Catarina que, posta em discussão e votação foi aprovada por unanimidade; PLC./0001.8/2019, de autoria do Deputado Marcius Machado, que "Altera o inciso VII do Art. 2º da Lei Complementar nº 587, de 2013, que dispõe sobre o ingresso nas carreiras das instituições militares de Santa Catarina e estabelece providências". Exarou parecer favorável que, posto em discussão e votação foi concedida vista em gabinete aos Deputados Ivan Naatz e Milton Hobus. Em seguida o Deputado João Amin apresentou as seguintes matérias: PEC/0001.0/2019, de autoria do Deputado Ivan Naatz e outros, que "Altera o art. 128, inciso V, da Constituição do Estado de Santa Catarina. Exarou parecer favorável que, posto em discussão e votação foi concedida vista em gabinete aos Deputados Milton Hobus e Coronel Mocellin. Por oportuno, o Deputado Ivan Naatz solicitou que a devolução de vista não seja realizada na próxima sessão devida sua ausência; PL./0044.2/2019 de autoria do Deputado Coronel Mocellin, que "Altera a Lei nº 14.949, de 2009, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação de caderneta de vacinação para matrícula anual na rede pública e privada de ensino do Estado de Santa Catarina". Devolveu voto vista com parecer contrário. Por precedência foi posto em discussão e votação o parecer do relator Maurício Eskudlark pela aprovação da matéria, sendo concedida vista em gabinete ao Deputado Ivan Naatz; PL./0005.6/2019 de autoria do Deputado Jair Miotto, que "Proíbe a inauguração de obras públicas incompletas ou que não atendam ao fim a que se destinam, e adota outras providências". Devolveu vista sem manifestação e posto em discussão e votação o parecer do relator Milton Hobus pela aprovação com emenda substitutiva global e emenda aditiva, este foi aprovado por unanimidade. Em seguida o Deputado Milton Hobus apresentou a matéria PL./010.3/2019, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, que "Altera a Lei nº 11.069, de 1998, que "Dispõe sobre o controle da produção, comércio, uso, consumo, transporte e armazenamento de agrotóxicos, seus componentes e afins no território do Estado de Santa Catarina e adota outras providências". Requereu diligência à Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, ao Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal, à Câmara de Desenvolvimento da Agroindústria da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina e ao Fórum Catarinense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos do Ministério Público do Estado de Santa Catarina que, posta em discussão e votação foi aprovada por unanimidade. Em seguida, por solicitação do Deputado João Amin e dado o decurso de prazo do pedido de vista, o Presidente da Comissão colocou em votação a MSV/0053/2019, de autoria do Governador do Estado, que diz "Veto Total ao PL/123/15, de autoria do Deputado João Amin, que "Dispõe sobre a destinação e o uso de veículos automotores removidos a depósitos mantidos e custodiados pelo Poder Público Estadual, em decorrência de situações que caracterizam abandono em vias públicas estaduais, e/ou apreendidos em ações policiais, no Estado de Santa Catarina". Posto em discussão e votação o parecer do relator Deputado Fabiano da Luz pela rejeição do veto, este foi aprovado por maioria com voto contrário dos Deputados Maurício Eskudlark e Coronel Mocellin. Em seguida o Presidente apresentou as seguintes matérias: PL./0046.4/2019, de autoria do Deputado Nilso Berlanda, que "Dispõe sobre a juntada de documentos por advogados no processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual direta e indireta". Requereu diligência à Secretaria de Estado da Casa Civil, à Secretaria de Estado da Administração e a Ordem dos Advogados do Brasil que, posta em discussão e votação foi aprovada por unanimidade; PL./0063.5/2019, de autoria do Deputado Nilso Berlanda, que "Altera os §§ 1º e 2º do art. 29 da Lei nº 14.675, de 2009, que Institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências". Requereu diligência ao Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina e à Federação Catarinense de Municípios que, posta em discussão e votação a diligência foi aprovada por unanimidade. Neste momento o Deputado Ivan Naatz solicitou ao Presidente que cópia da diligência, quando cumprida, seja enviada ao seu gabinete, o que foi acatado pelo Presidente da Comissão; PL./0062.4/2019, de autoria do Deputado Nilso Berlanda, que "Altera o art. 1º da Lei nº 13.917, de 2006, que "Dispõe sobre a utilização da madeira apreendida no Estado de Santa Catarina pelos órgãos de amparo e proteção ao meio ambiente e repressão a crimes ambientais". Requereu diligência ao Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina que, posta em discussão e votação foi aprovada por unanimidade; MSV/0056/2019, de autoria do Governador do Estado, que diz "Veto Total ao PL/395/16, de autoria do Deputado Valmir Comin, que Institui a Política Estadual de Produção de Energias Renováveis, contemplando

as fontes primárias, solar, eólica, hidráulica, maré-motriz, processo de geração de energia oriundos do bagaço de cana-de-açúcar, casca de arroz, cavacos de madeira, lixo orgânico e demais fontes primárias, cujo avanço tecnológico diversifique a matriz energética no Estado de Santa Catarina". Devolveu vista sem manifestação e, posto em discussão e votação o parecer da relatora Deputada Paulinha pela manutenção do veto foi aprovado por maioria com voto contrário do Deputado João Amin. Na sequência o Presidente fez a leitura de votos já proferidos em matérias desarquivadas nos termos do parágrafo único do artigo 183 do Regimento Interno: PL./0185.3/2015, de autoria do Deputado Rodrigo Minotto, que "Dispõe sobre o emprego de cães pelas Polícias Civil e Militar de Santa Catarina, para realizar policiamento em manifestações populares, no Estado de Santa Catarina. Dentro deste projeto foi apensado o PL./0200.7/2017" que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade o parecer do relator pela rejeição da matéria; PL./0338.2/2017, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini, que "Institui a Política Estadual de Mobilidade por Bicicleta e cria o Programa Bicicleta em Santa Catarina, e adota outras providências" que, posto em discussão e votação o parecer do relator pela aprovação da matéria, foi concedida vista em gabinete aos Deputados João Amin e Milton Hobus; PL./0147.8/2016, de autoria do Deputado Luiz Fernando Vampiro, que "Dispõe sobre a estampa da data de validade na embalagem dos produtos destinados à merenda escolar, no âmbito do Estado de Santa Catarina" que, posto em discussão e votação o parecer do relator pela aprovação da matéria, foi concedida vista em gabinete aos Deputados Maurício Eskudlark e Ivan Naatz; PL./0309.8/2016, de autoria do Deputado Rodrigo Minotto, que "Cria no âmbito do Estado de Santa Catarina, o Programa de Distribuição de Órteses, Próteses Ortopédicas e Aparelhos Locomotores para atendimento às pessoas com deficiências e adota outras providências" que, posto em discussão e votação o parecer do relator pela rejeição da matéria, foi concedida vista em gabinete ao Deputado Romildo Titon; PLC./0016.4/2018, de autoria do Governador do Estado Eduardo Pinho Moreira, que "Altera o art. 51 da Lei nº 6.218, de 1983, que "Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Santa Catarina e dá outras providências" que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade do parecer do relator pela aprovação da matéria. Na sequência, conforme solicitação do Deputado Ivan Naatz, o Presidente requisitou que a matéria PL/0021.6/2019, de autoria daquele Deputado, que cria o Parque Estadual da Praia de Taquarinhas, no Município de Balneário Camboriú e adota outras providências. O Deputado Ivan Naatz informou que se encontrará em compromisso na próxima semana e por isso solicitou que aguardasse seu retorno para que a matéria seja deliberada em reunião desta Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Presidente convocou a próxima reunião Conjunta desta Comissão, com a Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público para leitura do relatório final do PLC./0008.4/2019, sobre a Reforma Administrativa, a ser realizada no dia quinze de maio, às dezessete horas no Plenário Osni Régis. Ato contínuo agradeceu a presença dos Senhores Deputados e dos demais presentes e encerrou a presente reunião, da qual eu, Lyvia Mendes Corrêa, Chefe de Secretaria desta Comissão, lavrei esta Ata que, após lida e aprovada por todos os membros do colegiado, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia.

Sala de Reunião das Comissões, 14 de maio de 2019.

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\* \* \*

#### **ATA DA 2ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO E TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA**

Aos vinte e três dias do mês de abril de dois mil e dezenove, às nove horas e trinta minutos, no Plenário Osni Régis, sob a Presidência do Senhor Deputado Romildo Titon, com amparo nos artigos 133 e 136 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da Reunião Conjunta da Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, referentes à 1ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura. Foram registradas as presenças dos Deputados membros da Comissão de Constituição e Justiça: Deputado Milton Hobus, Deputado Coronel Mocellin, Deputado Fabiano da Luz, Deputado Ivan Naatz, Deputado João Amin, Deputado Luiz Fernando Vampiro, Deputado Maurício Eskudlark e Deputada Paulinha; pela Comissão de Finanças e Tributação: Deputada Luciane Carminatti, Deputado Bruno Souza, Deputado Fernando Krelling, Deputado Jerry Comper, Deputado José Milton Scheffer, Deputado Marcius Machado, Deputado Milton Hobus e Deputado Sargento Lima, além do Presidente da referida Comissão, o Senhor Deputado Marcos Vieira e, pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público: Deputado Marcos Vieira, Deputado

Fabiano da Luz, Deputado João Amin, Deputado Marcius Machado, Deputado Moacir Sopelsa, Deputado Nazareno Martins, Deputado Sargento Lima e Deputado Volnei Weber, além da Presidente da Comissão, Deputada Paulinha. Havendo quórum regimental, o senhor Deputado Romildo Titon, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça abriu a reunião e passou a palavra aos senhores Deputados Luiz Fernando Vampiro, membro da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Milton Hobus, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Deputado Volnei Weber, membro da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, respectivos relatores do projeto de lei complementar PLC/0008.4/2019, de autoria do Governo do Estado, que dispõe sobre a estrutura organizacional básica e o modelo de gestão da Administração Pública Estadual e estabelece outras providências. Os relatores fizeram leitura dos questionamentos realizados pelos Deputados desta Casa acerca da matéria e solicitaram diligência à Secretaria de Estado da Casa Civil. Posto em discussão, o senhor Deputado Maurício Eskudlark pontuou que a matéria é clara e transparente, criticou o número extenso de perguntas e se colocou contra a solicitação. Na sequência, a senhora Deputada Paulinha destacou que os questionamentos provêm dos Deputados desta Casa e que devem ser respondidos, conforme acordado com o Secretário de Estado da Administração na reunião anterior. Em seguida o senhor Deputado João Amin pontuou que não se pode impedir os questionamentos dos Deputados devido à sua relevância. A seguir o senhor Deputado Coronel Mocellin sugeriu que dúvidas fossem sanadas nas audiências públicas e que o diligenciamento fosse realizado posteriormente. O senhor Deputado Ivan Naatz destacou a necessidade de ter as respostas por escrito e de que o governo tenha relações institucionais com esta Casa. Na sequência o senhor Deputado Milton Hobus destacou que o diligenciamento das perguntas constitui calendário construído por esta Casa e que é necessário para formulação de relatório coerente. Ato contínuo o senhor Deputado Marcos Vieira destacou que as perguntas provêm da quase totalidade dos Deputados e que há necessidade de resolvê-las para tornar a matéria constitucional e possibilitar votos conscientes. Posto em votação foi aprovado por unanimidade o diligenciamento, com abstenção do Deputado Maurício Eskudlark, membro da Comissão de Constituição e Justiça e do Deputado Sargento Lima, membro das Comissões de Finanças e Tributação e Trabalho, Administração e Serviço Público. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Deputado Romildo Titon, presidente da Comissão de Constituição e Justiça convocou a próxima reunião ordinária da referida Comissão para o dia trinta de abril às dez horas, na sala de reunião das Comissões, agradeceu a presença dos Deputados presentes e encerrou a reunião. E para constar, a secretária da Comissão de Constituição e Justiça, Lyvia Mendes Corrêa, o secretário da Comissão de Finanças e Tributação, Vilson Elias Vieira e a secretária da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, Jéssica Camargo Geraldo, lavraram a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos senhores Presidentes e, posteriormente será publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Deputado Romildo Titon  
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça  
Deputado Marcos Vieira  
Presidente da Comissão de Finanças e Tributação  
Deputada Paulinha  
Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público  
\* \* \*

**ATA DA 3ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO E TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA**

Aos quinze dias do mês de maio de dois mil e dezenove, às dezessete horas, no Plenário Osni Regis, sob a Presidência do Senhor Deputado Romildo Titon, com amparo nos artigos 133 e 136 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da Reunião Conjunta da Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, referentes à 1ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura. Foram registradas as presenças dos Deputados membros da Comissão de Constituição e Justiça: Deputado Milton Hobus, Deputado Coronel Mocellin; Deputado Fabiano da Luz; Deputado Ivan Naatz; Deputado João Amin; Deputado Luiz Fernando Vampiro; Deputado Maurício Eskudlark e Deputada Paulinha; pela Comissão de Finanças e Tributação: Deputada Luciane Carminatti, Deputado Bruno Souza, Deputado Fernando Krelling, Deputado Jerry Comper, Deputado José Milton Scheffer, Deputado Marcius Machado, Deputado Milton Hobus e Deputado Sargento Lima, além do Presidente

da referida Comissão, o Senhor Deputado Marcos Vieira e, pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público: Deputado Marcos Vieira, Deputado Fabiano da Luz, Deputado João Amin, Deputado Marcius Machado, Deputado Moacir Sopelsa, Deputado Nazareno Martins, Deputado Sargento Lima e Deputado Volnei Weber, além da Presidente da Comissão, Deputada Paulinha. Havendo quórum regimental, o senhor Deputado Romildo Titon, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça abriu a reunião e colocou em apreciação a ata da reunião anterior que, posta em votação foi aprovada por unanimidade. Na sequência o Presidente informou que, após a leitura do parecer do projeto de lei complementar PLC/0008.4/2019, haverá prazo de vista coletiva com data final no dia vinte e um de maio deste ano, data da votação final das Comissões e, que no dia após a leitura do relatório, o parecer estará disponível eletronicamente aos Parlamentares. Ato contínuo o senhor Presidente passou a palavra aos senhores Deputados Luiz Fernando Vampiro, membro da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Milton Hobus, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Deputado Volnei Weber, membro da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, respectivos relatores do projeto de lei complementar PLC/0008.4/2019, de autoria do Governo do Estado, que dispõe sobre a estrutura organizacional básica e o modelo de gestão da Administração Pública Estadual e estabelece outras providências. Os relatores exararam parecer favorável com emenda substitutiva global. Posto em discussão a senhora Deputada Paulinha, Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público destacou a excelência do trabalho técnico apresentado pelos relatores, servidores e sociedade civil, prestou agradecimentos aos senhores relatores, ao senhor Deputado Julio Garcia, Presidente da Casa e, ao Governo do Estado, por intermédio dos Secretários, pela disposição de sanar as dúvidas dos Deputados ao longo do processo. Na sequência o senhor Deputado Marcos Vieira, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, cumprimentou todos os presentes, agradeceu os Parlamentares e funcionários pelas emendas efetuadas e redação do relatório final. Em seguida o senhor Deputado Fernando Krelling, membro da Comissão de Finanças e Tributação, saudou o Conselho Estadual de Esportes e o Presidente da FESPORTE e, salientou a sensibilidade dos relatores, do Governo do Estado e dos Parlamentares na valorização do turismo e do esporte. A seguir o senhor Deputado Valdir Cobalchini, membro externo às Comissões, cumprimentou todos os presentes e fez questionamento acerca da forma de conhecimento sobre as mudanças incorporadas ao relatório. Ato contínuo o senhor Deputado Luiz Fernando Vampiro e a senhora Deputada Paulinha efetuaram os devidos esclarecimentos. Na sequência a senhora Deputada Luciane Carminatti parabenizou o trabalho dos relatores, servidores e demais Deputados e destacou sua atuação de responsabilidade com o voto, demonstrou preocupação em relação à emenda sobre os fundos de Cultura e, fez questionamento sobre a tramitação de emendas não acatadas pelos relatores. Na sequência a senhora Deputada Paulinha e o senhor Presidente informaram que após votação do relatório e emenda nas Comissões, o Presidente da Casa deve comandar os trabalhos. Em seguida o senhor Deputado Ivan Naatz, membro da Comissão de Constituição e Justiça, parabenizou o relatório em consonância com as necessidades do Estado, justificou sua ausência na próxima Sessão e, registrou seu voto favorável ao relatório. Ato contínuo o senhor Deputado Maurício Eskudlark, membro da Comissão de Constituição e Justiça, parabenizou o relatório e destacou que algumas das preocupações dos Deputados podem ser resolvidas em diálogo com o Governo do Estado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente Deputado Romildo Titon, agradeceu os relatores da matéria, os Presidentes das Comissões, os técnicos da Casa, o senhor Presidente Julio Garcia e demais Deputados e convocou a próxima Reunião Conjunta para o dia vinte e um de maio às nove horas e trinta minutos, no Plenário Osni Regis e encerrou a reunião. E para constar, a secretária da Comissão de Constituição e Justiça, Lyvia Mendes Corrêa, o secretário da Comissão de Finanças e Tributação, Vilson Elias Vieira e a secretária da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, Jéssica Camargo Geraldo, lavraram a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos senhores Presidentes e, posteriormente será publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Deputado Romildo Titon  
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça  
Deputado Marcos Vieira  
Presidente da Comissão de Finanças e Tributação  
Deputada Paulinha  
Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público  
\* \* \*

<b>AVISO DE LICITAÇÃO</b>
---------------------------

**AVISO DE LICITAÇÃO**

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2019

**OBJETO: SUBSTITUIÇÃO DO REVESTIMENTO DA MESA DIRETORA DO PLENÁRIO DA ALESC.**

**DATA:** 13/06/2019 - **HORA:** 09:00 h

**ENTREGA DOS ENVELOPES:** Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 13 de junho de 2019. O Edital poderá ser retirado no site eletrônico ([www.alesc.sc.gov.br](http://www.alesc.sc.gov.br)) ou na Coordenadoria de Recursos Materiais, localizada no 8º andar, da Unidade Administrativa Dep. Aldo Schneider - Avenida Mauro Ramos, 300 - Centro - Florianópolis/SC - Florianópolis/SC, 21 de maio de 2019.

Lonarte Sperling Veloso  
Coordenador de Licitações e Contratos

\* \* \*

<b>PROJETOS DE LEI</b>
------------------------

**PROJETO DE LEI Nº 124.1/2019**

Altera o Anexo Único da Lei nº 16.733, de 2015, que "Consolida as Leis que dispõem sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina", para alterar a denominação e a sede da Sociedade Eunice Weaver de Florianópolis, para Educandário Santa Catarina, de São José.

Art. 1º O Anexo Único da Lei nº 16.733, de 15 de outubro de 2015, passa a vigorar com a alteração constante do Anexo Único desta Lei.

Art. 2º Fica excluído o item 208 do Anexo Único da Lei nº 16.733, de 2015, referente às entidades relacionadas no Município de Florianópolis.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,  
Deputado João Amin  
Relator

*Lido no Expediente  
Sessão de 08/05/19*

**ANEXO ÚNICO**

(Altera o Anexo Único da Lei nº 16.733, de 15 de outubro de 2015)

"ANEXO ÚNICO

ENTIDADES DECLARADAS DE UTILIDADE PÚBLICA

.....	SÃO JOSÉ	LEI ORIGINAL Nº
.....	192	4.901, de 1973
.....	Educandário Santa Catarina	
.....		

" (NR)

Sala das Sessões,

Deputado João Amin

**JUSTIFICATIVA**

Em razão da mudança de denominação da Sociedade Promocional do Menor Trabalhador - PROMENOR, de Florianópolis, para Associação Promocional do menor Trabalhador - PROMENOR, tal como demonstrado nos autos, cabe a este Colegiado apresentar o presente Projeto de Lei, com o fim de promover a referida alteração.

Comissão de Constituição e Justiça

\* \* \*

**PROJETO DE LEI Nº 0125.2/2019**

Dispõe sobre a obrigatoriedade de bases de descanso gratuitas para caminhoneiros em rodovias pedagiadas do Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

**Art. 1º** Toda rodovia pedagiada do Estado de Santa Catarina deverá oferecer, obrigatoriamente, bases de descanso para caminhoneiros gratuitamente, destinados, entre outros fins, área de descanso e pernoite.

**Art. 2º** As bases de descanso devem oferecer comodidades condignas à utilização dos usuários.

Parágrafo único - A estrutura mínima das bases deverá conter banheiros e chuveiros aquecidos, camas, tomadas individuais, mesas e cadeiras para refeições.

**Art. 3º** Os pátios das bases de apoio devem comportar, no mínimo, 12 (doze) caminhões de grande porte, além de contar com toda estrutura de monitoramento por câmeras de segurança para garantir a proteção dos veículos e cargas transportadas.

**Art. 4º** A distância entre uma base de descanso e outra não poderá ser superior a 100 (cem) quilômetros.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de maio de 2019.

**Deputado Marcius Machado (PR)**

*Lido no Expediente*

*Sessão de 08/05/19*

**JUSTIFICATIVA**

A razão para apresentação do presente Projeto de Lei deve-se a obrigatoriedade do cumprimento da chamada lei do descanso (Lei nº 13.103, de 2 de março de 2015), pelos caminhoneiros e empregadores e a falta de locais para cumprimento da presente norma.

Ocorre que em muitos trechos das rodovias não existem locais para espera, repouso e descanso, conforme determina a lei. Essa dificuldade cresce, pois os motoristas que usavam os pátios dos postos de combustíveis para cumprirem a respectiva lei estão sendo proibidos de usufruir do espaço físico dos postos, em decorrência da exigência de abastecimento no posto para ter direito de uso.

Neste sentido poderá agravar o número de acidentes graves nas estradas envolvendo caminhões, já que os caminhoneiros estão trabalhando além do limite de suas forças físicas, arriscando-se para entregar mais rapidamente a carga na tentativa de descansarem e cumprirem a determinação legal.

A Lei nº 13.103, de 2 de março de 2015 tratou de garantir direitos aos motoristas profissionais, que exerçam a profissão das categorias de transporte rodoviário de passageiros e transporte rodoviário de cargas. Uma das conquistas que a supracitada lei teve o condão de proteger foi a saúde, e conseqüentemente a vida dos trabalhadores, atenuando a rotina cansativa e exaustiva da profissão de motorista.

A lei assegurou 11 (onze) horas de repouso, dentro do período de 24 (vinte e quatro) horas, garantindo o mínimo de 8 (oito) horas ininterruptas, além do descanso de 30 minutos a cada 4 (quatro) horas ininterruptas de direção; também, determinou por até 2 (duas) horas, o máximo de prorrogação extraordinárias ou 4 (quatro) horas mediante previsão em convenção ou acordo coletivo.

Destarte, a garantia de repouso e descanso para a profissão de motoristas profissionais visou assegurar e promover o princípio da dignidade da pessoa humana, princípio este consagrado no art. 1º, III da Constituição Federal, bem como no art. 1º, IV da Constituição Estadual de Santa Catarina, no Pacto de São José da Costa Rica e face aos direitos sociais dos trabalhadores previstos no art. 7º da Constituição Federal.

Entretanto, na prática, verifica-se que os pontos de paradas e locais para espera, repouso sem cobrança do motorista ou ao empregador são insuficientes e, até inexistentes em vários trechos das rodovias para o cumprimento da lei.

Pelo exposto, o presente Projeto de Lei visa garantir o descanso desses trabalhadores em toda rodovia pedagiada do Estado de Santa Catarina, tornando obrigatório o oferecimento gratuito de bases de descanso para caminhoneiros, destinados, entre outros fins, área de descanso e pernoite.

\* \* \*